



QUADRO XIX

CRITÉRIO UTILIZADO NA APURAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL PARA O EXERCÍCIO DE 2013

(LDO, art. 9º, inciso XIX)

APURAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO

O demonstrativo de apuração dos Resultados Primário e Nominal foi elaborado seguindo os critérios “*ACIMA DA LINHA*”, que considera apenas os fluxos de receita e despesa, e “*ABAIXO DA LINHA*”, que leva em conta a diferença entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL do ano proposto e a do mesmo período do ano anterior, conforme orientação estabelecida pela Portaria STN nº 407, de 20 de junho de 2011, em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

Receitas Fiscais ou Primárias: correspondem às receitas fiscais líquidas, que resultam do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as seguintes receitas financeiras: aplicações financeiras (remuneração de depósitos bancários), operações de crédito, amortização de empréstimos e financiamentos e alienação de ativos;

Despesas Fiscais ou Primárias: correspondem às despesas fiscais líquidas, que são resultantes do somatório das despesas correntes e de capital, excluídas as seguintes despesas financeiras: juros e encargos da dívida pública, amortização da dívida pública, concessões de empréstimos e financiamentos e aquisição de títulos de capital já integralizado (este último, a muitos anos não se tem registros de sua realização)

Resultado Primário: corresponde à diferença entre receita fiscal e despesa fiscal;

Resultado Nominal: representa a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Dívida Pública Consolidada: corresponde ao total apurado:

- a) das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- b) das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses, ou que, embora de prazo inferior, tenham constado como receitas no orçamento;
- c) dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida (DCL): corresponde à Dívida Consolidada deduzidos a disponibilidade de caixa e os haveres financeiros, excluídos destes os saldos de Restos a Pagar Processados.

A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

1 – RECEITAS FISCAIS

1.1 As Receitas Fiscais são compostas pelo somatório das Receitas de Origem Tributária, Transferências da União e Outras Receitas, deduzidas aquelas oriundas de aplicação financeira, alienação de bens, operações de crédito e amortização de empréstimos.

1.1.1 Receita de Origem Tributária

Diz respeito aos valores de impostos, taxas pelo exercício do poder de polícia e taxas pela prestação de serviços, acrescidos de seus respectivos valores de multas, juros de mora e dívida ativa (soma dos valores das seguintes categorias: 11 – Receita Tributária e 19 – Outras Receitas Correntes, nas subalíneas tributárias).

1.1.2 Transferências da União

Com a criação do Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF, esses recursos já não estão mais registrados no sistema contábil do Distrito Federal (SIGGO).

Estão computados na categoria Outras Receitas os valores decorrentes da Participação nas Receitas da União: tais como Fundo de Participação dos Estados - **FPE** e dos Municípios - **FPM**; Imposto Territorial Rural – **ITR**, Imposto Industrializado – **IPI-Exportação**, dentre outras.

1.1.3 Outras Receitas

Foram computados os somatórios dos valores relativos às demais Receitas Correntes não relacionadas nos itens anteriores, como: Receitas de Capital, Receitas Intraorçamentárias. Ademais (soma dos valores das categorias de receita: 1 – Receitas Correntes - excluídos os valores computados anteriormente, 2 – Receitas de Capital, 7 – Receitas Intraorçamentárias Correntes, 8 – Receitas Intraorçamentárias de Capital, deduzidas as receitas classificadas como 9 – deduções/restituições da Receita, relativa, fundamentalmente, à retirada da dupla contagem das receitas destinadas ao **FUNDEB**).

1.1.4 Receitas Financeiras (Deduções)

As Receitas Financeiras representam a soma dos valores das seguintes origens de recursos: 22 - Alienação de Bens, 21 - Operações de Crédito, 23 - Amortização de Empréstimos e Financiamento e, também, os provenientes de receitas patrimoniais, relacionadas a Remuneração de Depósitos Bancários, referente à rubrica 13250000 e a 13280000 (remuneração de depósitos bancários do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS).

2 – DESPESAS FISCAIS

2.1 As Despesas Fiscais são compostas pelo somatório das Despesas Correntes e de Capital deduzidas as Despesas Financeiras (já citadas), com destaque para o seguinte detalhamento:

2.1.1 Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Foram computados todos os valores de Pessoal e Encargos (classificados como Grupo de Natureza da Despesa: 1 - Pessoal e Encargos Sociais), inclusive da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

2.1.2 Demais Despesas

Levam-se em conta todos valores dos demais Grupos de Natureza da Despesas (quais sejam: 2 - Juros e Encargos da Dívida, 3 - Outras Despesas Correntes, 4 - Investimentos, 5 - Inversões Financeiras, 6 - Outras Despesas de Capital e o total da Reserva Orçamentária do RPPS e da Reserva de Contingência, ambas classificadas como do Grupo 9).

2.1.3 Despesas Financeiras (Deduções)

As Despesas Financeiras representam a soma dos valores dos grupos de despesa: 2 - Juros e Encargos da Dívida, 6 - Amortização da Dívida e o total dos elementos de despesas: 45.90.**66** - Concessão de Empréstimos e Financiamentos e 45.90.**64** - Aquisição de Títulos de Capital já Integralizado.

APURAÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário foi obtido pela diferença entre a Receita Fiscal e a Despesa Fiscal, pelo critério “ACIMA DA LINHA”, que considera os fluxos de receitas e despesas do período em referência.

APURAÇÃO DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal foi obtido pela diferença entre o saldo da Dívida Consolidada Líquida, estimado para o exercício de 2013, em relação à previsão de realização da dívida em 31 de dezembro de 2012, pelo critério “ABAIXO DA LINHA”, que considera a variação do estoque da dívida entre dois exercícios.